

# A primeira visão da nova Constituição

Os primeiros trabalhos mostram uma Constituição moderna e até avançada. Mas muita coisa ainda pode mudar. E um detalhe é certo: será uma Constituição muito mais longa que a atual.

"Extraordinariamente progressistas e avançados." Assim o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), resumiu os 24 pareceres dos relatórios das subcomissões, que estão recebendo emendas até hoje e representam um primeiro esboço do que vai ser a futura Constituição. Cabral acredita, porém, que muita coisa ainda vai mudar até a promulgação da nova Carta, garantindo uma Constituição mais adequada ao perfil conservador e de centro que ele considera ter a Assembléia Nacional Constituinte.

De fato, pelas proposições apresentadas pelos relatores no começo da semana passada, pode-se garantir o perfil de uma pré-Constituição como das mais liberais, progressista, avançada e de esquerda em relação aos demais textos e principalmente à atual Constituição, o que conseguiu surpreender até mesmo os mais otimistas e espantar os conservadores. Em alguns casos, houve praticamente uma ruptura, como na subcomissão do Judiciário, onde o relator, do PT, propôs a extinção da Justiça Militar e do Superior Tribunal Militar e alteração do nome e das atribuições do Supremo Tribunal Federal, que não mais examinaria moções de inconstitucionalidade, o que caberia ao Tribunal Constitucional.

O grande fator responsável por esses avanços e pela modernidade do perfil do que seria a nova Constituição — tomando-se os 24 pareceres em bloco, para formar a Carta Constitucional — é que nesta primeira fase dos trabalhos da Constituinte confiou-se a setores mais independentes e de oposição algumas importantes relatorias. Sem compromissos com o governo ou com a orientação do PMDB, os pequenos partidos apresentaram propostas independentes e muito avançadas.

## "Lipoaspiração constitucional"

O relator Bernardo Cabral acredita que já na segunda fase dos trabalhos constitucionais — após o recebimento das emendas oferecidas durante cinco dias os relatores terão que apresentar um novo parecer, para discussão e votação no âmbito da subcomissão, antes de seguir para a Comissão Constitucional Temática — substanciais alterações começarão a ser sentidas, refletindo mais para o centro e mais para uma visão conservadora todos aqueles avanços sentidos na primeira etapa.

Bernardo Cabral usou a expressão "lipoaspiração constitucional", para explicar a fase seguinte, mais importante ainda, a terceira fase, onde caberá às oito Comissões Constitucionais Temáticas a reunião dos pareceres das respectivas subcomissões e a proposta de um projeto mais enxuto de uma Constituição, ainda separada em oito pedaços, a ser compatibilizada num só bloco pela Comissão de Sistematização, responsável mais importante por essa "cirurgia constitucional", se assim se pode dizer com relação à imagem de Bernardo Cabral.

Essa previsão do relator coincide com o fato de que todos os oito relatores das Comissões Constitucionais Temáticas são do PMDB, alguns dos quais, "amarrados" com a cúpula do partido, a ponto de seguir orientações de Ulysses Guimarães ou Mário Covas, como é o caso dos senadores José Richa (relator da Comissão da Organização do Estado) ou Severo Gomes (Relator da Comissão da Ordem Econômica) ou o deputado Prisco Viana, estreitamente ligado ao presidente José Sarney, que é relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Uma posição mais independente espera-se dos deputados Egidio Ferreira Lima (relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo) e José Serra (relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças), sendo incertas — porque não conhecidos os relatores — as posições do senador José Paulo Bisol (relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher), do senador Almir Gabriel (relator da Comissão da Ordem Social) e do deputado Artur da Távola (relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação).

## Semi ou Superpresidencialismo?

Mesmo parlamentarista convicto, embora considere que deva haver pelo menos eleições diretas para presidente da República para que o povo brasileiro não seja frustrado, o relator Bernardo Cabral considera que o novo sistema de governo tem a preferência de pelo menos 60% dos constituintes. Ele defende a adoção do parlamentarismo, o mais puro possível, mas sem aquela imagem de um sistema para resolver uma crise política imediata. O parlamentarismo deve ser um sistema permanente para o País, prega Bernardo Cabral.

Ele está entre os constituintes que têm dúvidas quanto à proposta de "neo-parlamentarismo" apresentada pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS). Para muitos constituintes, entre os quais o líder do PTB na Câmara, Gastoni Righi, a proposta de Fogaça não é nem parlamentarismo misto nem



Cabral: "lipoaspiração constitucional"

presidencialismo misto, é um superpresidencialismo.

Na opinião de Righi a proposta de Fogaça além de manter as atuais atribuições do presidente da República na vigente Constituição presidencialista, amplia mais ainda os poderes presidenciais, que podem dissolver a Câmara dos Deputados no caso de perder maioria parlamentar de apoio ao seu governo, depois da queda de dois gabinetes anteriores.

## Duas mil emendas

O entendimento do relator Bernardo Cabral de que nas segunda e terceira fases vai haver um início de reversão do quadro ou perfil constitucional saído do primeiro esboço, não é compartilhado de todo pelo experimentado ex-deputado João Gilberto, especialista em Constituição e diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UNB), para quem um recuo amanhã corresponderá na terceira fase a um novo avanço, que poderá novamente recuar e avançar, sucessivamente.

## Carta prolixa

Mesmo que se consiga enxugar ao máximo a futura Constituição, tomando como base os pareceres dos relatores das 24 subcomissões, é bem certo que a nova Constituição será bem maior do que a atual, que tem 217 artigos. Se a Comissão Afonso Arinos conseguir o feito de fazer um projeto de Constituição com 468 artigos, a que os constituintes têm atualmente em mãos supera em muito esse gigantismo, por mais que seja "podada", ela será sempre uma Constituição prolixa e bem maior do que as Constituições brasileiras, em média.

O que muitos esperam é que prolixa ou não, enxuta ou detalhada a nova e futura Constituição consiga transmitir algumas idéias avançadas contidas no primeiro esboço, como fixação do mandato de

todos os presidentes (inclusive Sarney) em quatro anos; sistema parlamentarista misto de governo; moção de desconfiança a ministros ou ao ministério completo; fortalecimento das comissões técnicas permanentes do Senado e da Câmara com poder de aprovar ou rejeitar projetos do governo ou de parlamentares; participação do Congresso na elaboração do orçamento, fim do decreto-lei; decurso de prazo apenas para rejeitar matéria do governo não votada pelo Congresso; fim do pagamento de "je-ton" aos congressistas, que passariam a pagar mais Imposto de Renda; criação do Tribunal Constitucional; alistamento eleitoral e voto facultativos; dois turnos para eleições de governador e prefeito; garantia de que a Constituição não perderá vigência se deixar de ser observada por ato de força; e que todo cidadão, mesmo sem ser autoridade, deve colaborar para restaurar a vigência plena da Constituição.

Entende João Gilberto, ao contrário de Bernardo Cabral, que se as próprias emendas ao primeiro esboço alterarem substancialmente o sentido do parecer definitivo dos relatores nas subcomissões, os autores de emendas rejeitadas ou não aproveitadas integralmente podem, pelo que faculta o liberal regimento interno da Constituinte, reapresentar suas emendas para nova deliberação em fases posteriores.

É pensando nessa possibilidade, por sinal, que o líder do PTB Gastone Righi está-se envolvendo, há mais de duas semanas, na trabalhosa tarefa de examinar as mais de duas mil sugestões que chegaram ao seu gabinete ultimamente, vindas de parlamentares federais e estaduais do partido e das chamadas "bases políticas".

Gastone Righi está processando todo esse material no computador, juntando as matérias gêmeas e colocando de lado aquelas que não têm o menor sentido, visando preparar cerca de duas mil emendas que colocará na Constituinte apenas na fase que ele considera a mais importante e onde realmente as emendas serão criteriosamente examinadas: a fase de Plenário que se segue à apresentação do primeiro parecer do relator da Comissão de Sistematização. É nesse período de 40 dias de discussão no Plenário, que a Constituinte conta trinta dias para a apresentação de emendas pelos 559 constituintes e para que o cidadão comum possa também apresentar sua emenda, desde que subscrita no mínimo por trinta mil pessoas e patrocinada por pelo menos três entidades representativas de classe.

Antonio Arrais